



145

EFEITOS DE ASPECTOS CONTINGENCIAIS NO NÍVEL DE CONTROLE INTERNO ADOTADO POR INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS LISTADAS NA BRASIL, BOLSA BALCÃO (B3)

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Mércia de Lima Pereira [ORCID iD¹](#), Aluno Doutorado/Ph.D. Student Égon José Mateus Celestino [ORCID iD^{1,2}](#), Doutor/Ph.D. Renata Paes de Barros Câmara [ORCID iD¹](#)

¹Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brazil. ²Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brazil

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Mércia de Lima Pereira

[0000-0003-1791-256X](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba - UFPB / Doutorado

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Égon José Mateus Celestino

[0000-0003-3682-0791](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba - UFPB/Doutorado

Doutor/Ph.D. Renata Paes de Barros Câmara

[0000-0001-6953-9811](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Resumo/Abstract

O objetivo desse artigo foi verificar como os aspectos contingenciais afetam o nível de controle interno adotado por 19 instituições bancárias listadas na B₃, no período de 2013 a 2020; o que resultou em 152 útil por variável. Os dados sobre o nível de controle interno (variável dependente) foram construídos com base nos mecanismos internos visualizados sob o prisma das boas práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), sendo os mesmos solicitados nos Formulários de Referências das Sociedades, via *site* da B₃. Já os dados dos aspectos organizacionais (ou contingenciais), variáveis independentes, tamanho, idade da organização e as variáveis de Complexidade - diversificação operacional, estrutura societária e expansão, foram ajustados no banco de dados Economatica®, nos Fórmulários cadastrais, de Referência e nas Notas Explicativas das



companhias bancárias, disponíveis no *site* da B₃. A partir da estimação de regressão múltipla para dados em painel, por meio do modelo de Mínimos Quadrados Generalizados (*generalized least square - GLS*), observou-se que a idade não é explicada para explicar o nível de controle interno, mas o tamanho e a complexidade (Diversificação, Estrutura societária e expansão geográfica) das instituições bancárias são. Porém na perspectiva da complexidade, somente a diversificação é complexa positiva. Assim, esses resultados demonstram que o tamanho e a diversificação operacional tornam complexas e volumosas como atividades bancárias, justificando a busca por mais controles internos, mas também aponta que a distância e os diferentes contextos geográficos e culturais das unidades bancárias, podem comprometer a adoção de controles gerenciais.

Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Controladoria e Contabilidade Gerencial (CCG) / Management Accounting

EFEITOS DE ASPECTOS CONTINGENCIAIS NO NÍVEL DE CONTROLE INTERNO ADOTADO POR INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS LISTADAS NA BRASIL, BOLSA BALCÃO (B₃)

RESUMO

O objetivo desse artigo foi verificar como os aspectos contingenciais afetam o nível de controle interno adotado por 19 instituições bancárias listadas na B₃, no período de 2013 a 2020; o que resultou em 152 observações por variável. Os dados sobre o nível de controle interno (variável dependente) foram construídos com base nos mecanismos internos visualizados sob o prisma das boas práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), sendo os mesmos obtidos nos Formulários de Referências das companhias, via *site* da B₃. Já os dados dos aspectos organizacionais (ou contingenciais), variáveis independentes, tamanho, idade da organização e as variáveis de Complexidade – diversificação operacional, estrutura societária e expansão geográfica, foram obtidas no banco de dados Economática®, nos Formulários cadastrais, de Referência e nas Notas Explicativas das companhias bancárias, disponíveis no *site* da B₃. A partir da estimação de regressão múltipla para dados em painel, por meio do modelo de Mínimos Quadrados Generalizados (*generalized least square - GLS*), observou-se que a idade não é significativa para explicar o nível de controle interno, mas o tamanho e a complexidade (Diversificação, Estrutura societária e expansão geográfica) das instituições bancárias são. Porém na perspectiva da complexidade, somente a diversificação é significativamente positiva. Assim, esses resultados demonstram que o tamanho e a diversificação operacional tornam complexas e volumosas as atividades bancárias, justificando a busca por mais controles internos, mas também aponta que a distância e os diferentes contextos geográficos e culturais das unidades bancárias, podem comprometer a adoção de controles gerenciais.

Palavras-chave: Aspectos contingenciais; Nível de controle interno; Instituições bancárias; B₃.

1 INTRODUÇÃO

As constantes mudanças, seja no ambiente interno ou externo às empresas, tem criado a necessidade de contínuo monitoramento e busca de informações de modo a facilitar a tomada de decisões e/ou se prevenir desvios ou má condutas de agentes internos, que podem se afastar do objetivo organizacional. Dessa forma, o controle interno se insere, pois conforme Custódio *et al.* (2019), esses são utilizados para melhorar, monitorar e analisar mudanças financeiras e patrimoniais de uma dada empresa, com o propósito de direcioná-la ao alcance de metas e de resultados favoráveis, que também promovam menores desperdícios.

Nesse panorama, considerando principalmente as empresas de capital aberto, pode-se indicar que a Governança Corporativa (GC) se faz relevante na perspectiva dos controles internos, visto que, conforme Silveira (2004) e Malacrida e Yamamoto (2006), essa se utiliza de regras, boas práticas e dos seguintes princípios: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, para diminuir os conflitos e problemas de agência. Assim, a Contabilidade interage com a GC, inclusive em relação a aplicação de Controles internos.

Outrossim, os mecanismos de controles internos advindos da GC mais citados na literatura são o conselho de administração, a concentração de propriedade, remuneração de executivos e o controle realizado por órgãos de fiscalização, como o conselho fiscal, o comitê de auditoria e a auditoria independente (Jensen, 1993; Rossetti & Andrade, 2012).

Um dos modelos de controle interno mais difundidos no mundo, o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Coso, 2013), indica que, em razão de cada empresa ter seu próprio conjunto de finalidades e maneiras de implantar controles internos, sempre se observará distinções nas respostas aos riscos e processos de controle. Mesmo que

organizações distintas possuam objetivos iguais e tomem decisões análogas para atingir as suas metas, é provável que seus controles internos sejam distintos.

Destarte, aponta-se que a caracterização do Coso (2013) em relação aos controles internos está de acordo com o que propõe a Teoria da Contingência (TC), a qual indica que não existe uma estrutura ótima para todas as organizações acerca de uma determinada prática de gestão. No entanto, para que as empresas alcancem melhores desempenhos em suas práticas gerenciais, essas devem se ajustar a suas características de contingência (Chapman, 1997; Chenhall, 2003). Essas podem ser entendidas como sendo aspectos organizacionais que uma empresa pode ter ou buscar se alinhar, para atingir um melhor desempenho em suas práticas gerenciais. Entre as mais destacadas na literatura da TC, têm-se: o tamanho, adoção de tecnologia, de estratégias e incertezas das tarefas (Freitag, Almeida & Lucena, 2021).

Nessa perspectiva, estudos apontam que variáveis contingenciais, tamanho, idade e complexidade organizacional, tem algum impacto sobre as práticas de controle interno das empresas (Andreatta, Olinquevitch & Silveira, 2009; Auzair & Langfield-Smith, 2005; Bruns & Waterhouse, 1975; Stevenson, 1990).

Por lidarem com valores expressivos de dinheiro, as instituições bancárias são muitas vezes locais de interesse de pessoas com más intenções. Assim, verifica-se que frequentemente essas instituições vem sofrendo com o aumento de fraudes, tanto cometidas por indivíduos externos como também pelos seus próprios funcionários (Carvalho & Vieira, 2015), sendo relevante tratar sobre a temática nesse setor. Dessa forma, considerando a relação existente entre controles internos e aspectos contingenciais, bem como o contexto das instituições bancárias, o objetivo geral do estudo consiste em verificar como os aspectos contingenciais afetam o nível de controle interno adotado por instituições bancárias listadas na B3.

Além dos Controles Internos reduzirem os riscos, eles ajudam as organizações a assegurarem a confiabilidade das Demonstrações Financeiras e a agirem conforme as leis e normas internas (Spira & Page, 2003). Assim, é relevante estudar aspectos que podem afetar os controles internos, pois esses permitem o alcance de finalidades e metas planejadas pelas entidades (Carioca, De Luca & Ponte, 2010).

Por fim, afirma-se que há evidências na literatura internacional, mas não na literatura nacional, que características contingenciais (tamanho, idade e complexidade organizacional) afetam o controle interno das organizações (Andreatta, Olinquevitch & Silveira, 2009; Auzair & Langfield-Smith, 2005; Bruns & Waterhouse, 1975; Jokipii, 2010; Stevenson, 1990). Para atestar essa evidência, realizou-se um apanhado nos periódicos da área Contabilidade com Qualis Capes A2 a B3 e nos Anais dos principais Congressos de Contabilidade (Anpcont, USP, Congresso de Custos e Adcont) no período de 2010 a 2021, e não foram encontrados estudos que relacionem aspectos contingenciais à controles internos.

Dessa maneira, o estudo também possui como finalidade reduzir a lacuna desses estudos no cenário nacional e contribuir com achados da literatura internacional existente. Além disso, essa pesquisa proporciona o entendimento a sociedade sobre como as Instituições financeiras atuam diante de situações adversas, uma vez que a falta de controle interno pode causar impactos materiais, gerando perdas substanciais que pode também afetar a economia e a sociedade (Benli & Celayir, 2014).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Controles internos

Dado o contexto organizacional atual, com predominância de fraudes e corrupções, faz-se importante evitar comportamentos adversos de indivíduos internos ou externos a uma organização, o que pode ser possível por meio de controles internos, os quais podem contribuir para que a entidade alcance seus objetivos (Façanha *et al.*, 2020).

Indica-se que os controles internos se referem a um procedimento direcionado pelo conselho administrativo, pelos executivos e demais colaboradores, de forma a possibilitar que os objetivos organizacionais sejam atingidos, quanto a eficiência, eficácia, confiança dos Demonstrativos Financeiros e aplicabilidade de leis e normas (Coso, 2013). De forma similar, indica-se que os sistemas de controle internos, além de reduzirem os riscos, ajudam as empresas a assegurar a confiabilidade das Demonstrações Financeiras e a agirem conforme as leis e normas internas (Spira & Page, 2003; Santana & Silva, 2020).

Um dos modelos de controle interno mais difundidos no mundo é o do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Coso). Nesse contexto, indica-se que com a primeira publicação do estudo “*Internal Control: integrated framework*”, em 1992, o modelo de controle interno do Coso passou a ser amplamente aceito no mundo, tornando-se uma referência para aplicação de controle interno (Custódio *et al.*, 2019; Hayne & Free, 2014).

O modelo de controle interno da metodologia do Coso é estruturado em cinco componentes integrados, a saber: ambiente de Controle; avaliação de risco; atividades de controle; informação e comunicação e atividades de monitoramento. A metodologia do Coso proporciona uma orientação geral de controles internos, sendo necessário que as empresas disseminem valores éticos e normas, estabeleçam formas de avaliar o desempenho, determinem os objetivos e os riscos das operações, estabeleçam ações de controle interno, comuniquem essas informações aos membros internos e externos e realizem periodicamente o seu monitoramento (Coso, 2013).

Quanto ao primeiro componente de controle interno do Coso, o ambiente de controle, denota-se a disseminação de valores organizacionais e atribuições que permite que o Conselho de Administração cumpra sua função, indica também o delineamento de medidas de desempenho adequadas e a oferta de incentivos aos colaboradores para o atingimento de melhores resultados operacionais (Coso, 2013). Assim, observa-se que tal componente se atrela a mecanismos da GC.

Assim, indica-se que principalmente diante das empresas de Capital aberto, a GC se faz relevante na perspectiva dos controles internos, visto que, conforme Silveira (2004) e Malacrida e Yamamoto (2006), essa se utiliza de regras, boas práticas e dos seguintes princípios: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, para diminuir os conflitos e problemas de agência. Dessa maneira, a Contabilidade interage com a Governança Corporativa, inclusive em relação a aplicação de Controles internos.

Assim, dependendo do ambiente, existem dois tipos de mecanismos de controle na GC, os internos e os externos. Os controles internos, aos quais esse estudo se baseia, são implementados internamente e buscam melhorar a Governança Corporativa e reduzir os conflitos de interesses entre acionistas, funcionários e demais *stakeholders* (Bianchi *et al.*, 2009). Os mecanismos de controles internos mais citados na literatura são o Conselho de Administração, a concentração de propriedade, a remuneração de executivos e o controle realizado por órgãos de fiscalização, como o Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e a Auditoria Independente (Jensen, 1993; Rossetti & Andrade, 2012).

O Conselho de Administração (CA) é um órgão colegiado responsável por decisões estratégicas em uma organização. Além disso, ele tem função de proteger os princípios, valores e o sistema de governança da empresa, sendo um de seus principais elementos. É função do Conselho Administrativo, fiscalizar os diretores, fazendo uma ligação entre esses e os proprietários do negócio. Indica-se que o período de mandato dos conselheiros não deve ultrapassar 2 anos, podendo haver reeleição, sendo que os critérios para tal devem constar no estatuto interno da corporação (IBGC, 2015).

Para que o CA tenha um papel de controle interno, Correia, Amaral e Louvet (2014, p. 55) indicam que esses devem ter aos seguintes aspectos: “participação elevada de conselheiros independentes, externos à firma; a separação das funções de diretor geral da companhia e de

presidente do Conselho de Administração; e um número pequeno de membros”. Ademais, indica-se que a avaliação dos conselheiros colabora para que esse seja eficiente, funcionando como uma prestação de contas de tal órgão, de modo a melhorar a gestão (IBGC, 2015).

A concentração acionária, ou seja, a existência de acionistas com grandes participações em ações também pode ser considerado um mecanismo de controle interno, visto que proporciona maior monitoramento da gestão, devido a concentração de poder “nas mãos” de acionistas majoritários (Denis & Mcconnell, 2003; Hahn *et al.*, 2010). A concentração acionária pode se constituir de três formas, as quais são: dispersa, dominante e majoritária. A dispersa ocorre quando o acionista de maior número de ações possui menos de 20% de controle; a dominante, se constitui quando o maior acionista possui entre 20% e 50% das ações. Por fim, a concentração majoritária acontece quando o maior acionista possui mais de 50% das ações (Pedersen & Thomsen, 1997). Nesse estudo, adotou-se a concentração majoritária.

A remuneração variável da diretoria, “deve servir como uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos diretores, proporcionando o alinhamento de seus interesses com os da organização” (IBGC, 2015, p.75). Quanto ao Conselho Fiscal, esse é um órgão independente, que pode ser permanente ou instalado por uma assembleia geral via pedido de acionistas. O Conselho Fiscal tem como função, a fiscalização da diretoria e do conselho de administração de uma organização. Além disso, opina sobre os projetos dos órgãos administrativos e avalia os demonstrativos financeiros auditados pela auditoria externa, prestando contas desses aos acionistas em assembleias (Baioco & Almeida, 2017).

O Comitê de Auditoria, por sua vez, é um órgão que assessora O Conselho de Administração em relação a qualidade das Demonstrações Contábeis e controles internos, tendo por finalidade proporcionar a confiança e integridade das informações, proteger a organização e os seus usuários (IBGC, 2015). No contexto das instituições bancárias, a Resolução nº 3.198/2004 do Banco Central do Brasil (Bacen), indica as características que cada banco deve ter em relação a composição, seleção, tempo de mandato e especificações para atuação no cargo. Sendo assim, em razão de o Comitê de Auditoria possuir regulação e características peculiares no setor estudado, ele foi desconsiderado da análise nesse estudo.

A Auditoria Independente avalia anualmente a observância as leis e a confiabilidade das Demonstrações Contábeis da organização contratante. Indica-se que esse órgão deve ser independente a companhia e não dever prestar outro serviço ou ser contratado por mais de cinco exercícios sequenciais (IBGC, 2015; Rossetti & Andrade, 2012).

Compreende-se que a adoção de boas práticas de GC indica a postura das organizações quanto a valores, transparência, confiabilidade das informações e adequação as regras, além de indicar um modelo confiável de controle de gestão (Rossetti & Andrade, 2012). Dessa forma, denota-se que as práticas de governança corporativa que estão de acordo com os princípios de GC são mecanismos de controles internos (Assunção, De Luca & Vasconcelos, 2017).

De acordo com o Coso (2013), cada empresa tem seu próprio conjunto de finalidades e maneiras de se implantar controles internos e sempre se observará distinções nas respostas aos processos de controle. Mesmo que organizações distintas possuam objetivos similares e tomem decisões análogas para atingir as suas metas, é provável que seus controles internos sejam diferentes. Nesse contexto, indica-se que a caracterização do Coso (2013) em relação aos controles internos está de acordo com o que propõe a Teoria da Contingência, a qual indica que cada empresa seleciona seu sistema de controle gerencial, considerando suas características de contingência (Chapman, 1997; Chenhall, 2003). Nesse sentido, cabe a explanação de tal Teoria e a consequente relação dessa com as práticas de controles internos.

2.2 Teoria da Contingência

A Teoria da Contingência teve origem por volta de 1950, e ocorreu a partir de observações sobre um melhor comportamento de liderança, o qual associou-se a uma boa

relação interpessoal. Contudo, observou-se que o maior desempenho resultou também da melhor adaptação da empresa a seus fatores organizacionais (Abba, Yahava & Suleiman, 2018).

Assim, pode-se indicar que não existe uma única forma para que todas as empresas possam se organizar, mas diante de certas condições, uma empresa pode alcançar melhor desempenho do que outra. Nesse sentido, pesquisadores, em especial do campo da Contabilidade Gerencial, tem buscado verificar aspectos contingenciais, tanto internos como externos, capazes de proporcionar ajustes entre o contexto de uma empresa e o alcance de desempenho (Otley, 1980; Chenhall, 2003).

Dessa forma, a Teoria da Contingência indica que o êxito de algumas metodologias de gestão, como o controle interno, depende da estrutura e do contexto organizacional (Waterhouse & Tiessen, 1978). Nesse sentido, há evidências que as variáveis contingenciais, idade, tamanho e complexidade organizacional, possuem algum impacto sobre as práticas de controle interno das empresas (Andreatta, Olinquevitch & Silveira, 2009; Bruns & Waterhouse, 1975; Stevenson, 1990; Otley, 1980). Dessa maneira, foram estabelecidas hipóteses a serem testadas.

2.3 Elaboração de hipóteses

A maturidade organizacional é um fator que exerce influência no desenho dos sistemas de controle gerencial (Auzair & Langfield-Smith, 2005). Dessa forma, argumenta-se que as organizações tendem a desenvolver-se ao longo do tempo, como respostas ao ambiente dinâmico no qual se inserem. Assim, os estágios de ciclo de vida das organizações ajudam a compreender se as diferentes práticas e/ou ferramentas de gestão (sistemas de controle gerencial, sistemas de informações gerenciais, tomadas de decisões, estratégicas, etc) variam ao longo dos estágios evolutivos organizacionais.

De forma análoga, indica-se que as organizações ao longo de sua continuidade passam por adaptações, as quais representam estágios de desenvolvimentos, que na literatura são também compreendidos como ciclos de vida organizacional (Miller & Friesen, 1984). Adicionalmente, revela-se que as características organizacionais variam no decorrer dos seus estágios de ciclo de vida, para que a empresa possa responder às mudanças ambientais contínuas (Auzair & Langfield-Smith, 2005). Nesse sentido, alguns autores consideram os estágios de ciclo de vida como sendo variáveis contingenciais, a exemplo de Kazanjian e Drazin (1990).

Existem inúmeros modelos de ciclo de vida em vários estágios, porém o consenso é de que as mudanças em uma organização seguem um padrão, desenvolvendo-se ao longo do tempo (Dodge, Fullerton & Robbins, 1994). Isto posto, o tempo de existência ou idade de uma empresa é uma característica que evidencia o seu decurso no tempo, sendo esse natural e esperado.

Além disso, o tempo de uma empresa pode provocar modificações no que se refere as práticas de gestão utilizadas, visto que por um determinado período é possível manter certas metodologias de gestão, porém com o passar do tempo, a empresa deve se alinhar a novas condições, de maneira a manter sua sobrevivência (Greiner, 1998). Dessa maneira, entende-se que, ao passo que as empresas se tornam mais maduras, tendem a possuir controles internos mais desenvolvidos, pois além de se adaptarem ao processo de desenvolvimento, elas tendem a se moldar ao ambiente em que se inserem, visando manter sua continuidade. Assim, busca-se testar a seguinte hipótese de pesquisa:

H₁: A maior idade organizacional impacta em um maior nível de controle interno nas empresas.

A medida que uma organização cresce, os problemas de comunicação e controle se intensificam, o que faz elas adotem práticas de controle para buscar se adaptar ao contexto. Dessa forma, os controles internos se tornam mais especializados e rebuscados (Bruns & Waterhouse, 1975). Além disso, há uma tendência de que as organizações maiores busquem o uso de controles de gestão mais formalizados do que informalizados, visto que com o tamanho também cresce a dificuldade de se gerir o negócio (Merchant, 1981).

Ademais, o porte de uma organização está relacionado à disponibilidade de recursos e diferenciação interna, trazendo a necessidade de sistemas de controles mais aprimorados (Jokipii, 2010). Nesse contexto, algumas pesquisas foram realizadas para constatar a relação entre controles internos e tamanho, como as de Wallace e Kreutzfeldt (1995) e Duncan, Flesher e Stocks (1999), que descobriram que organizações menores têm sistemas de controle mais limitados do que entidades maiores. Dessa maneira, espera-se que quanto maior for a empresa, maior seja também o nível de controles internos empregados. Assim, desenvolveu-se a hipótese: **H₂: Um maior tamanho organizacional impacta em um maior nível de controle interno nas empresas.**

Ainda sob a ótica da Teoria da Contingência, a verificação de várias características organizacionais pode indicar a complexidade de uma entidade (Bushman *et al.*, 2004). Conforme Santos e Rodrigues (2007, p. 119), a “complexidade parece contrariar a idéia do simples ou do simplificado”, sendo relacionada nas organizações às características do negócio, setor, atuação geográfica e/ou a sua estrutura de custos (Silva & Klann, 2020).

Quanto ao contexto de bancos, as operações desses podem ser compreendidas como complexas quando esses atuam em várias atividades ou ramos de negócios (Liu *et al.*, 2016). Nesse sentido, indica-se que “os bancos atuantes no Brasil costumam diversificar suas atividades em operações de crédito e arrendamento mercantil, prestação de serviços bancários, serviços de câmbio, intermediação na negociação de títulos e valores mobiliários e rendas de investimentos próprios.” (Vieira *et al.*, 2020, p.283).

Outro quesito que denota complexidade é a forma societária em que a instituição está organizada, o que inclui os seus investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, e, embora possam se beneficiar por meio de lacunas de leis para pagar menos impostos e pelo compartilhamento de recursos entre suas subsidiárias, surgem dificuldades em se avaliar o risco de cada negócio (Damodaran, 2007).

Além disso, um banco possui uma complexidade organizacional quando está distribuído geograficamente por países e/ou localidades (Vieira *et al.*, 2020), visto que a distância entre a matriz e a filial pode comprometer o monitoramento da alta administração sobre os gestores das unidades, sendo difícil acompanhar as decisões tomadas pelos gestores das filiais (Deng & Elyasiani, 2008). Nesse panorama, alguns pesquisadores entendem que quando as organizações se tornam mais complexas, aumentam-se as dificuldades de controle, coordenação e comunicação, o que resultará na demanda por novos e melhores sistemas de controle (Andreatta, Olinquevitch & Silveira, 2009; Stevenson, 1990). Sendo assim, espera-se que quanto mais complexa for uma organização, mais elevado seja também o nível de controle interno adotado. Dessa forma, tem-se a hipótese de pesquisa:

H₃: Uma maior complexidade organizacional impacta em um maior nível de controle interno nas empresas.

Em suma, espera-se que uma maior idade, maior tamanho e complexidade organizacional proporcione um maior nível de controle interno nas instituições bancárias em estudo. Para análise desses fatores foram construídos os procedimentos metodológicos que se apresentam na sequência.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 População e amostra da pesquisa

A população do estudo refere-se às instituições bancárias listadas na B₃ no período de 2013 a 2020, as quais correspondem a 27 instituições bancárias, o que nos oito anos de análise, totaliza 216 observações por variável. Das 27 instituições, oito (Banco Modal S/A, BR Advisory Partners Participações S/A, China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.; Alfa Holdings S.A.; Banco do Estado de Sergipe S.A. – Banese; Banco Sofisa S.A.; Banco Bmg S.A.; e Banco Inter S.A) não apresentaram dados disponíveis na B₃ e/ou em alguma variável estudada

durante pelo menos um período de análise, sendo elas excluídas. Dessa forma, a amostra configurou 19 organizações, o que representa 70% da população. Assim, o resumo da população e amostra do Setor bancário da B₃ se apresenta na Tabela 1.

Tabela 1 – População e amostra do estudo

Critério de seleção	Nº de instituições bancárias	Nº de observações por variável
(a) População: todas as instituições bancárias listadas na B ₃ de 2013 a 2020	27	216
(b) menos instituições bancárias com dados faltantes	(8)	(64)
(c) Total de empresas da amostra	19	152

Fonte: elaboração própria com base nos dados da B₃ (2021)

Dessa forma, a amostra selecionada considera-se balanceada, resultando em 152 elementos por variável em todos os anos analisados. Ressalta-se quanto ao período de análise, que inicialmente buscou-se verificar os dados a partir de 2011, por ser um ano após adoção das normas internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), de forma a obter dados de empresas que já se adequaram as exigências Contábeis requeridas. Todavia, tanto em 2011 como em 2012, observaram-se muitos dados faltantes nas instituições bancárias analisadas, principalmente os divulgados no Formulário de Referência e nos dados formadores da variável dependente (Quadro 1), o que impossibilitou o início do estudo nesses períodos e fez com que a análise iniciasse em 2013, estendendo-se até 2020, por esse representar o ano mais recente de divulgação de informações no *site* da B₃.

3.2 Variáveis da pesquisa e procedimentos de coleta

A variável “nível de controle interno” das instituições bancárias foi construída com base nos mecanismos de controle internos visualizados no contexto das boas práticas de Governança Corporativa. Sendo assim, o nível de adoção de controles internos (NCI) das instituições bancárias (variável dependente) pode ser visualizada por meio do *check-list* do Quadro 1.

Quadro 1 - *Check-list*: avaliação do nível de Controle interno das instituições bancárias

Item	Operacionalização	Obtenção	Métrica	Base teórica
Conselho de Administração	Os cargos de presidente do Conselho de Administração e da diretoria são ocupados por pessoas distintas.	Item 12.5/6 do FR	Sim (1); não (0)	IBGC (2015)
	O Conselho administrativo é composto de, pelo menos, 50% conselheiros independentes.	Item 12.5/6 do FR	Sim (1); não (0)	IBGC (2015)
	A empresa utiliza mecanismos para avaliar o desempenho do Conselho Administrativo.	Item 12.1 do FR	Sim (1); não (0)	IBGC (2015)
	O mandato do Conselho de Administração não é superior a 2 (dois) anos e é unificado.	Itens 12.5/6 do FR	Sim (1); não (0)	IBGC (2015)
Remuneração variável aos executivos	A empresa apresenta Remuneração variável aos executivos	Item 13.3 do FR	Sim (1); não (0)	IBGC (2015) e Silveira (2004)
Concentração acionária	Mais de 50% das ações da empresa está concentrada “nas mãos” de um único acionista	Item 15.1/2 do FR	Sim (1); não (0)	Denis e Mcconnell (2003) e Pedersen e Thomsen (1997)

Conselho Fiscal	Instalação do conselho fiscal	Item 12.1 do FR	permanente (1); não permanente (0,5); não instalado (0)	IBGC (2015) e Rossetti e Andrade (2012)
Auditoria Independente	Tempo de contrato da empresa de auditoria independente	Item 2 do FR	Até 5 anos (1); mais de 5 anos (0)	IBGC (2015) e Rossetti e Andrade (2012)

Fonte: elaboração própria da autora (2021)/ Nota: FR: Formulário de Referência.

Para identificar o nível de controle interno de cada instituição bancária, foi calculado um índice por meio do somatório de itens do *check-list* que cada banco obteve em relação ao total máximo que se poderia obter, ou seja, 8 pontos. Já as variáveis contingenciais (variáveis independentes), tamanho, idade e complexidade organizacional foram obtidos conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Variáveis contingenciais do estudo

Variável	Proxies	Operacionalização	Obtenção	Fonte	Relação esperada
Tamanho (TAM)	Logaritmo natural do ativo total	Valor do Ativo da empresa, em milhares de reais	Economática®	Lin e Lee (2008)	+
Idade organizacional (ID)	Tempo de existência	Tempo de existência da empresa em relação a data de Constituição	Formulário cadastral	Greiner (1998)	+
Complexidade organizacional	Diversificação (DIV)	Quantidade de segmentos das atividades operacionais da organização	Notas Explicativas – Item Informação por segmento	Liu <i>et al.</i> , (2016)	+
	Estrutura Societária (ES)	Possui investimento em coligada, controlada ou controladas em conjunto (1) para sim/ (0) para não	FR– item 15	Damodar an (2007)	+
	Expansão Geográfica (EG)	Número de países onde o banco atua com agências	FR – item 7	Deng e Elyasiani (2008)	+

Fonte: elaborado com base nos autores (2021)/ Nota: FR: Formulário de Referência.

Ressalta-se que cada variável independente foi mensurada de forma individual, conforme descrito no Quadro 2. Assim, foi possível verificar o efeito de cada variável independente em relação a variável dependente, nível de controle interno.

3.3 Procedimentos de análise dos dados

Inicialmente, as variáveis foram analisadas por meio de estatísticas descritivas e, posteriormente, por meio da estimação de uma regressão múltipla em dados em painel, com a utilização do modelo de mínimos quadrados generalizados. Antes disso, realizaram-se testes para verificar a presença de multicolinearidade, heterocedasticidade e para avaliar o modelo mais adequado ao painel.

A análise da regressão múltipla permite a verificação da significância e efeito das variáveis explicativas ou independentes em relação a variável explicada ou dependente, sendo tal técnica é adequada ao estudo, visto que busca-se verificar o impacto de variáveis contingenciais (tamanho, idade e complexidade organizacional) em relação a adoção de práticas de controles internos, conforme Equação 1.

$$NCI = \beta_0 + TAM \beta_1 X_1 + ID \beta_2 X_2 + DIV \beta_3 X_3 + ES \beta_4 X_4 + DIV \beta_5 X_5 + ES \beta_6 X_6 + EG \beta_7 X_7 + \mu \quad (1)$$

Onde: NCI = variável dependente Nível de Controle Interno, é um índice construído por meio de um *checklist* baseado em mecanismos de controle internos da governança corporativa; TAM = variável independente tamanho, obtida por meio do \ln do Ativo Total; ID = variável independente da idade da empresa em relação a sua data de constituição; DIV = variável independente diversificação, é visualizada com base no número de segmentos operacionais que cada banco possui; ES = variável independente Estrutura Societária, uma *dummy* que indica que se a empresa possui coligada, controlada ou controlada em conjunto (1) ou não; EG = variável independente Expansão geográfica, denota a quantidade de países em que a instituição bancária atua com agências.

Para analisar a regressão múltipla, foram verificados o p-valor do teste Z e do teste Wald, o primeiro permite a análise, de forma individualizada, da significância da variável independente em relação cada variável dependente, já o teste Wald, demonstra de forma combinada, se as variáveis independentes contribuem de maneira significativa para prever a variável dependente.

4 RESULTADOS

4.1 Estatísticas descritivas

Nesta seção apresenta-se as estatísticas descritivas da variável dependente (nível de controle interno) e das variáveis independentes (tamanho, idade e complexidade: diversificação, estrutura societária e expansão geográfica) de 19 bancos listados na B3, durante o período de oito anos (2013 a 2020).

Tabela 2 - Estatísticas descritivas (n=152)

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Nível de Controle interno	0,13	0,88	0,4972	0,19414
Tamanho	11,23	21,47	17,4706	2,24892
Idade	16,00	212,00	63,2895	38,98372
Diversificação	1,00	5,00	2,5526	1,50403
Estrutura Societária	0,00	1,00	0,7434	0,43819
Expansão geográfica	1,00	11,00	2,3092	2,97503

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Conforme Tabela 2, observa-se que o menor nível de controle interno foi 0,13 e o máximo foi 0,88. Notou-se também que foi apenas três bancos, o Banco Mercantil de Investimentos (em 2014), o banco mercantil do Brasil (em 2014) e o Paraná S.A, no ano de 2017 a 2020, apresentaram nível de controle interno igual a 0,13, ou seja, atendeu a apenas um dos oito itens observados no *check-list* disponível no Quadro 1. Já em relação ao nível máximo de controle interno observado entre as instituições bancárias, visualizou-se que três bancos o alcançaram, Banco da Amazônia (em 2018), Bradesco (em 2015 e 2016) e Itau Unibanco (em 2019 e 2020), os quais atenderam a sete dos oito requisitos observados no *check-list*. Em média, notou-se que as instituições bancárias, tiveram nível de controle interno de 0,4996, sendo visualizado um desvio-padrão de 0,19, ou seja, no geral, as organizações atenderam a quatro requisitos de controle interno analisados e apresentaram entre si, uma baixa dispersão.

Adicionalmente, apresenta-se os níveis médios de controles internos (variável dependente) dos bancos, considerando o período de 2013 a 2020, em ordem decrescente.

Quadro 3 - *Ranking* médio dos níveis de controle internos das instituições bancárias estudadas (2013 a 2020)

Banco	\bar{X}	Banco	\bar{X}	Banco	\bar{X}	Banco	\bar{X}
1.Itau	0,78	6.Rio Grande do Sul	0,64	11. Pine	0,45	16.Paraná	0,31
2. Bradesco	0,75	7. ABC Brasil	0,58	12.Brb	0,44	17.Alfa de Invest.	0,31
3.Amazônia	0,72	8.Santander	0,52	13.Pan	0,40	18. Mercantil do Brasil	0,25
4.Brasil	0,69	9.Banestes	0,50	14. Pará	0,39	19.Mercantil de Invest.	0,19
5.Itausa	0,66	10.Nordeste	0,47	15. Btg Pactual	0,36	-	-

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Com base no exposto no Quadro 3, verifica-se que o Banco Itaú, Bradesco e Amazônia são, respectivamente, os três bancos que, diante dos oito anos de análise, apresentaram, em média, os maiores níveis de controles internos dentre os bancos. Sendo o banco Itaú, o que apresentou maior tamanho entre todos, o que indica que o banco que apresentou maior nível de controle interno, também é o que possui maior tamanho. Já os bancos Mercantil de Investimentos, Alfa de investimento, banco Mercantil do Brasil e Paraná, referem-se aos bancos que demonstraram os menores níveis de controles internos médios durante o período estudado, sendo verificado também que a instituição que apresentou o menor nível médio de controle interno, Banco Mercantil de Investimentos, foi também o que apresentou a menor média na variável de tamanho no período analisado, refletindo a perspectiva de que bancos menores, possuem menos níveis de controles internos.

Quanto a variável independente, tamanho, notou-se o valor mínimo de 11,23 para o *logaritmo* do ativo total, correspondente a um ativo total de R\$ 75,5 milhões, sendo o máximo, 21,47, relativo a um ativo total de R\$ 2,1 trilhões. Na média, observou-se que as instituições bancárias tiveram um *logaritmo* do ativo total de 17,47, ou seja, um ativo total de R\$ 282,8 bilhões e um desvio padrão do *logaritmo* do Ativo igual a 2,24. No geral, notou-se valor discrepantes entre os ativos totais das empresas, indicando tamanhos distintos entre elas.

No que se refere a variável idade, observou-se uma idade mínima de 16 anos em apenas um dos bancos (Banco Pine, quando do ano de 2013) e a idade máxima de 212 anos, também vista em só uma das instituições bancárias (Banco do Brasil em 2020), sendo que na média, as empresas possuem 63 anos de existência e um desvio bastante elevado, de 38 anos de idade, o que revela coexistência de bancos em fases de atuação muito distintas.

Diante da variável diversificação, a qual evidencia a quantidade de segmentos que as instituições bancárias possuem em suas operações, percebeu-se que, no mínimo, seis bancos atuam em um único segmento, que é o próprio segmento de atuação bancária. E que quatro bancos, possuem número de segmentos máximos identificados, ou seja, cinco segmentos, entre os segmentos visualizados diante de tais bancos, tem-se: segmento bancário (ou de crédito), segmento rural, empresarial, de infraestrutura, modernização e ampliação de empreendimentos, seguridade, meios de pagamento, consórcio, securitização, financiamento e investimento, administração de fundos (cartão de crédito e corretagem de seguros), prestação de serviços e distribuição de títulos e valores mobiliários. A média é de 2 segmentos por banco e o desvio-padrão, corresponde a aproximadamente 1,5.

Em relação a variável Estrutura Societária, que buscou avaliar se o banco possui (atribuindo-se 1) ou não (atribuindo-se 0), investimento em coligada, controlada ou controladas em conjunto. Dessa forma, observou-se que, no mínimo, há cinco instituições bancárias que não possuem essa estrutura e no máximo, 14 bancos que a possuem. Assim, a média está mais próxima de um e o desvio-padrão, mais próximo de zero, indicando que a maioria dos bancos possuem estrutura societária formada por investimento em coligada, controlada e/ou controladas em conjunto.

Por fim, tem-se a variável expansão geográfica, que indica o número de países em que as instituições bancárias possuem agências. Com base no valor mínimo, indica-se que 15 bancos que atuam com agências apenas no Brasil. E apenas um banco, possui atuação máxima em 11 países. Em média, os bancos atuam em 2 países e o desvio-padrão observado foi de, aproximadamente, 3, o que indica que poucos bancos possuem grande expansão geográfica de suas agências, enquanto a maioria as concentra no Brasil.

Em suma, pode-se indicar que as instituições bancárias analisadas possuem algumas características divergentes entre si, principalmente em relação a tamanho, idade da instituição, número de segmentos e número de países de atuação com agências (expansão geográfica), haja vista que se notou dispersões relevantes, embora essas não se caracterizem como *outliers*, conforme análise do gráfico de dispersão.

Assim, considerando a maioria das características contingenciais das instituições bancárias, pode-se considerá-las oportunas ao estudo em questão, visto que é importante a realização de estudos sobre a Teoria da Contingência entre organizações em que aspectos sociais, econômicos e culturais variam, pois em algumas dessas organizações serão necessários ajustes para se obter melhores resultados em práticas gerenciais (Seliem, 2003), como também é o caso dos controles internos.

4.2 Análise da regressão múltipla

Nesse tópico apresenta-se a estimação da regressão múltipla em dados em painel, considerando o período de 2013 a 2020, de forma a avaliar o efeito de aspectos contingenciais de 19 instituições bancárias (tamanho, idade e complexidade dos bancos – Diversificação das operações, Estrutura Societária e Expansão Geográfica) sobre seus níveis de controles internos.

Como forma de apurar o modelo de Regressão Múltipla mais propício aos dados utilizados, foram realizados alguns testes de validação. Inicialmente, realizou-se o teste de fator de inflação da variância (VIF) para testar a multicolinearidade dos dados entre as variáveis, o valor médio do teste foi igual a 1,82, sendo a variável que apresentou maior VIF, a Idade da empresa, igual 2,27. Como resultado, notou-se a ausência de multicolinearidade nos dados analisados, haja vista que o VIF se apresentou menor que 10 em todas as variáveis e, portanto, em sua média (Hair *et al.*, 2009). Também se aplicou o teste de White para avaliar a heterocedasticidade dos dados, o mesmo indicou um p-valor de 0,1855, como esse é maior do que 1%, que é o nível de significância, aceitou-se a hipótese nula de que o modelo é homocedástico, ou seja, há ausência heterocedasticidade.

Posteriormente, adotou-se o teste de *Hausman* para testar o modelo de regressão múltipla (modelo 1), de modo a avaliar a adequação ao modelo de efeito fixo. O teste resultou em p-valor = 0,2775. Sendo assim, como p-valor foi maior que 1%, considerando o nível de significância de 1%, o modelo de efeitos aleatórios apresentou-se mais adequado que o de efeitos fixos. De forma complementar, realizou-se o teste de *Breusch and Pagan* para avaliar qual dos dois modelos (efeitos aleatórios ou *pooled*) é mais adequado. Com base no resultado do teste: p-valor = 0,0000, como o p-valor foi menor que 1%. Sendo assim, o modelo de efeitos aleatórios é mais adequado do que o modelo *pooled*.

Todavia, mesmo o modelo de efeitos aleatórios apresentando-se mais adequado, notou-se nele a existência de problemas de autocorrelação, por meio do teste de *Wooldridge*. De acordo com Fávero (2017), pode-se tratar o problema de autocorrelação, de forma a se obter termos de erros não autorrelacionados, por meio do método de *generalized least square* (GLS) ou Mínimos Quadrados Generalizados (MQG). Dessa maneira, a autocorrelação foi corrigida a partir de tal método, o qual também foi utilizado para testar as Hipótese indicadas no estudo.

Tabela 3 - Regressão para dados em painel (Mínimos Quadrados Generalizados)

Variáveis explicativas	Variável dependente: NCI
Tamanho	0,000*** (0,0629672)
Idade	0,978 (0,000011)
Diversificação	0,000*** (0,0390343)
Estrutura Societária	0,000*** (-0,1145346)
Expansão Geográfica	0,066* (-0,0092713)
Constante	0,000 (-0,5982949)
N	152
Wald Prob > chi2	0,0000***

Autocorrelação(es) estimada(s)	0
Nota: (1) Coeficientes em parênteses/ (2) $p < 0,10^*$; $p < 0,05^{**}$; $p < 0,01^{***}$.	
Fonte: dados da pesquisa (2021)	

Conforme a Tabela 3, considerando o teste de Wald, nota-se a rejeição da hipótese nula, ao nível de significação de 1%, de que todos os parâmetros estimados são estatisticamente iguais a zero, o que revela que, no geral, as variáveis independentes contribuem de maneira significativa para prever a variável dependente. Para analisar a significância das variáveis independentes (ou explicativas) de forma individual, analisou-se o p-valor do teste Z.

Sendo assim, notou-se que o tamanho é significativamente positiva para explicar o modelo ao nível de significância de 1%, o que indica que quanto maior for o tamanho organizacional e a complexidade em termos de diversificação das atividades, maior será nível de controle interno das instituições bancárias. Dessa forma, esse estudo encontrou aspectos similares aos estudos de Jokipii (2010) e Wallace e Kreutzfeldt (1995), os quais observaram uma relação estatisticamente positiva entre porte da empresa e estrutura de controles internos, indicando que organizações maiores tendem a possuir controles internos mais sofisticados, visto que conforme Bruns e Waterhouse (1975) e Merchant (1981), quando a empresa se desenvolve, os problemas de comunicação e as dificuldades de gestão crescem, sendo necessário se adotar práticas de controles internos mais especializados.

No que se refere a diversificação das atividades operacionais, ou seja ao número de segmentos que as instituições bancárias possuem em suas operações (uma das medidas para avaliar a complexidade das instituições bancárias), também notou-se, a um nível de significância de 1%, uma relação positiva e significativa com o grau de controle interno, o que indica que quando maior o nível de controle interno, maior a complexidade das empresas - em termos de diversificação das atividades operacionais. Assim, esse estudo está de acordo com o que indicam Vieira e Girão (2016), os quais afirmam que diversificação está associada a um maior nível de monitoramento operacional, de modo a se reduzir riscos nas empresas.

Em relação a estrutura societária, outra variável que permite a avaliação da complexidade, observou-se uma relação negativa e significativa com o nível de controle interno, também a um grau de 1% de significância. Dessa maneira, quanto maior o controle interno, menor será a complexidade da instituição bancária em termos de estrutura societária (quanto aos bancos possuem investimentos em coligada, controlada e/ou controlada em conjunto). Sendo assim, empresas com maior controle interno não possuem coligada, controlada e controlada em conjunto, não sendo complexas nesse sentido.

Uma outra variável negativamente significativa é a expansão geográfica, mas de forma diferente da estrutura societária, pois só é significativa a um nível de significância 10%, indicando que quanto maior for a dispersão geográfica das agências bancárias por vários países, menor será o controle interno das instituições bancárias.

Dessa forma, o relacionamento negativo das variáveis ‘estrutura societária’ e ‘expansão geográfica’ com o nível de controle interno, pode ser explicada em decorrência da matriz não ter como manter o controle efetivo sobre as suas subsidiárias, tanto no caso da expansão geográfica como quando a empresa possui coligadas e controladas, visto que essas estão separadas geograficamente da sede. De forma similar, explicam Deng e Elyasiani (2008), que indicam que a distância entre a matriz a filial compromete o monitoramento sobre os gestores das unidades, tornando-se mais difícil se manter o controle interno dos negócios, o que também pode o comprometer.

Por fim, não constatou-se relação positiva e significativa entre a variável idade e o nível de controle interno, como proposto na Hipótese 1, o que também pode indicar que a maturidade das instituições bancárias estudadas não necessariamente pode estar atrelada somente a idade, mas também a formas de centralização, formalização da estrutura organizacional, reconhecimento no mercado e maior inovação, características avaliadas por Miller e Friesen

(1984), em seu modelo de estágios de ciclo de vida, para indicar as fases de desenvolvimento das organizações.

Assim, no geral, pode-se indicar a rejeição da Hipótese 1, pois a idade não foi significativa para explicar o nível de controle interno. Ademais, revela-se a confirmação da hipótese 2, uma vez que o tamanho explica o nível de controle interno de forma significativa e positiva e, por fim, tem-se a aceitação parcial da hipótese 3, uma vez que entre as variáveis utilizadas para avaliar a complexidade das instituições bancárias (Diversificação, Estrutura societária e expansão geográfica), somente a diversificação apresentou-se estatisticamente positiva em relação ao nível de controle interno.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do estudo foi verificar como os aspectos contingenciais (tamanho, idade e complexidade: diversificação, estrutura societária e expansão geográfica) afetam no nível de controle interno adotado por 19 instituições bancárias listadas na B₃, no período de 2013 a 2020. Sendo assim, foram observados 152 elementos por variável. Com base nos resultados, notou-se que nenhuma das instituições bancárias alcançaram o nível máximo de controle interno, o que corresponde a oito itens no *check-list* adotado. Ademais, apenas quatro organizações atenderam a sete dos oito itens, o que correspondeu ao nível de 0,88, ou 88% de aplicação dos controles internos observados, sendo a média de adoção de controles internos, próxima a 0,50 ou 50% entre as instituições bancárias estudadas. Sendo assim, no geral, torna-se evidente a necessidade de melhorias na aplicação de controles internos na maioria das companhias.

Quanto as características contingenciais, especialmente tamanho, idade e as variáveis de complexidade (diversificação e expansão geográfica), observou-se divergências relevantes entre as instituições bancárias estudadas, o que indica um ambiente diversificado e oportuno para buscar-se avaliar se essas distinções entre as organizações interferem na aplicação da prática gerencial analisada, ou seja, controle interno, visto que conforme Otley (1980) e Chenhall (2003), não existe uma forma ótima de estruturação às empresas, mas diante de algumas condições, uma organização pode alcançar melhores resultados do que outra em uma determinada prática de gestão.

Em relação ao efeito dos aspectos contingenciais sobre o nível de controle interno adotado pelas instituições bancárias, observou-se relação positiva e significativa entre tamanho e o nível de controle interno das organizações, o que indica a não rejeição da hipótese 2, e reflete que empresas de maior porte, possuem controles internos mais desenvolvidos, haja vista que essas entidades, além de possuírem mais recursos financeiros para tal, também lidam com um aumento maior de operações, que acabam também por demandar maiores controles internos.

No que tange ao impacto das variáveis de complexidade (diversificação, estrutura societária e expansão geográfica), notou-se que somente a diversificação apresentou a relação significativa esperada (positiva) com o nível de controle interno, sendo que as outras variáveis (Estrutura societária e expansão geográfica) possuem relevância significativa para explicar o nível de controle interno, mas a relação é oposta. Sendo assim, a aceitação da hipótese 3 foi parcial, o que também evidenciou que os bancos são mais propensos a adotar controles internos adequados quando suas unidades estão dentro do contexto ou localidade da matriz, sendo mais difícil adotar esses quando se verifica o contrário, visto que aumenta-se a dificuldade de monitoramento. Esse também é o caso de bancos com agências instaladas em muitos países e/ou empresas que possuem forma societária diversificada, detendo coligadas, controladas e/ou controladas em conjunto.

Por fim, quanto ao efeito da idade sobre o nível de controle interno, não verificou-se relacionamento significativo. Sendo assim, rejeitou-se a hipótese 1, o que contrapõe a ideia de Greiner (1998), que afirma que com o passar do tempo as organizações tendem a promover melhorias em suas práticas de gestão, de modo a manter a sua sobrevivência, o que também

pode atestar, conforme Miller e Friesen (1984), que outros aspectos, que não a idade, podem indicar a maturidade dos bancos, como centralização, formalização da estrutura organizacional, reconhecimento no mercado e maior inovação.

Em suma, o tamanho e a diversificação operacional dos bancos tornam complexas e volumosas suas atividades, justificando, de acordo com a Teoria da Contigência, a busca por mais controles internos; o que também está de acordo com Resolução nº 4.557/2017, que indica que as instituições financeiras, as quais conforme o órgão, vão do segmento 1 (maior porte) ao segmento 4 (menor porte), devem realizar gestão de riscos de acordo com a complexidade de suas atividades e processos (Bacen, 2017), visto que os gerenciamentos de riscos estão, conforme Santana e Silva (2020), intrinsecamente atrelados aos controles internos.

Em suma, pode-se destacar a inovação do trabalho, visto que esse utilizou-se de controles internos advindos da Governança corporativa, muitas vezes desconsiderados dentro dessa temática. Além disso, conforme Abba, Yahava e Suleiman (2018), uma crítica levantada a Teoria da Contingência é em relação ao fator tamanho, em que se estudam empresas maiores, mas não são avaliadas as variações de tamanhos entre essas. Dessa forma, esse estudo avaliou empresas de capital aberto, que em essência são empresas de grande porte, e verificou, dentro da variação de tamanho, como elas adotam controles internos, contribuindo de forma nova com a Teoria da Contingência. O estudo contribui também à medida que busca determinar as circunstâncias em que as instituições bancárias são mais propensas a adotar melhores níveis de controles internos, indicando caminhos a serem seguidos a essas organizações.

Como limitações da pesquisa, elenca-se a realização do estudo contemplando apenas um segmento econômico, o de instituições financeiras, não podendo os resultados obtidos nessa pesquisa serem generalizados para outras empresas constantes em outros setores da economia; e, a restrição de dados em relação a Controles internos e aos aspectos contingenciais, em razão da pesquisa ser documental, o que não possibilitou uma visualização mais holística das práticas de controles internos e características estruturais existentes nas corporações. Para futuras pesquisas, sugere-se a visualização de empresas de vários setores econômicos e além da realização da pesquisa documental, a aplicação de questionários com os gestores das organizações, de modo a verificar outras características de controles internos e aspectos contingenciais, como estrutura organizacional, incerteza ambiental e uso de tecnologia.

REFERÊNCIAS

- Abba, M., Yahaya, L., & Suleiman, N. (2018). Exploring and Critique of Contingency Theory for Management Accounting Research. *Journal of Accounting and Financial Management*, 4(5), 40-50.
- Andreatta, A., Olinquevitch, J. L., & Silveira, A. (2005). A controladoria nas grandes indústrias têxteis do Vale do Itajaí/SC. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 5.
- Assunção, R.R., De Luca, M.M.M., Vasconcelos, A.C. (2017). Complexidade e governança corporativa: uma análise das empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade e Finanças da USP*, 28(74), 213-228.
- Auzair, S.M., & Langfield-Smith, K. (2005). The effect of service process type, business strategy and life cycle stage on bureaucratic MCS in service organizations. *Management Accounting Research*, 16(4), 1-17.
- Baioco, V. G., & Almeida, J. E. F. (2017). Efeitos do comitê de auditoria e do conselho fiscal na qualidade da informação contábil no Brasil. *Revista Contabilidade e Finanças da USP*, 28(74), 229-248.
- Banco Central do Brasil (BCB). (2004). *Resolução n. 3.198, de 27 de maio de 2004*, altera e consolida a regulamentação relativa à prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo

- BACEN e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação. Recuperado em 08 jun., 2021, de https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2005/pdf/res_3271_v2_L.pdf.
- Banco Central do Brasil (BCB). (2014). *Resolução n.º 4.557, de 23 de fevereiro de 2017*, Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital. Recuperado em 15 junho, 2021, de https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20471202/do1-2017-03-01-resolucao-n-4-557-de-23-de-fevereiro-de-2017-20471020.
- Brasil, Bolsa Balcão (B3). *Empresas listadas* (2021). Recuperado em 25 abril, 2021, de http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm.
- Benli, V. F., & Celayir, D. (2014). Risk based internal auditing and risk assessment process. *European Journal of Accounting Auditing and Finance Research*, 2(7),1-16.
- Bianchi, M., Silva, C. V. da, Gelatti, R. & Rocha, J. M. L. (2009). A evolução e o perfil da governança corporativa no Brasil: um levantamento da produção científica do Enanpad entre 1999 e 2008. *Contexto*, 9(15), 1-26.
- Bruns, W., & Waterhouse, J. Budgetary control and organization structure. (1975). *Journal of Accounting Research*, 13(2), 177-203.
- Bushman, R., Chen, Q., Engel, E., & Smith, A. (2004). Financial accounting information, organizational complexity and corporate governance systems. *Journal of Accounting and Economics*, 37(3), 167-201.
- Carioca, K. J. F., De Luca, M. M. M., & Ponte, V. M. R. (2010). Implementação da lei Sarbanes-Oxley e seus impactos nos controles internos e nas práticas de governança corporativa: um estudo na Companhia Energética do Ceará – Coelce. *Revista Universo Contábil*, 6(4), 50-67.
- Carvalho, A. R., & Vieira, E. T. V.(2015). A importância da auditoria interna e do controle interno, na redução de fraudes nas instituições financeiras. *REPAE – Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia*, 1(2), 229-246.
- Chapman, C. S. (1997). Reflections on a contingent view of accounting. *Accounting, Organizations and Society*, 22(2), 189-205.
- Chenhall, R. (2003). Management control systems design with in its organizational context: Findings from contingency-based research and directions for the future. *Accounting, Organizations and Society*, 28(2-3),127-168.
- Correia, L. F., Amaral, H. F., & Louvet, P.(2014). Determinantes da eficiência de conselhos de administração de empresas negociadas na BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 8(21), 46-57.
- Coso (2013). *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. Internal control – integrated framework. 2013. Recuperado em 17 abril, 2021, de <https://www.Coso.org/Documents/990025P-Executive-Summary-final-may20.pdf>
- Custódio, J. J., Fukuro, T. Y., Pavão, J.A., & Ferreira, J.L.D. (2019). Análise do controle interno no setor de almoxarifado de uma empresa de transporte à luz da metodologia COSO. *REUNIR: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade*, 9(2),1-10.
- Damodaran, A.(2007). Information transparency and valuation: can you value what you cannot see? *Managerial Finance*, 33(11), 877-892.
- Denis, D. K.; & Mcconnell, J. J. (2003). International corporate governance. *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, 38(1), 1-36.
- Deng, S., & Elyasiani, E. (2008). Geographic diversification, bank holding company value, and risk. *Journal of Money, Credit and Banking*, 40(6), 1217-123.

- Dodge, R. H., Fullerton, S., & Robbins, J. E. (1994). Stage of the organisational life cycle & competition as mediators of problem perception for small businesses. *Strategic Management Journal*, 15(2), 21-134.
- Duncan, J., Flesher, D., & Stocks, M. (1999). Internal control systems in US churches. An examination of the effects of church size and denomination on systems of internal control. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 12(2), 142-163.
- Façanha, M. C., Lima, F.A.P., Luca, M.M.M., & Vasconcelos, A. C. (2020). Gerenciamento de riscos e gestão de controles internos em empresas brasileiras envolvidas em crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(43), 34-50.
- Fávero, L. P. (2017). *Manual de análise de dados*. (1. ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Freitag, V.C., Almeida, K. K. N., & Lucena, W. G.L. (2021). Teoria da Contingência. In: Almeida, K. K. N. A., & França, R. D. (orgs.). *Teorias aplicadas à pesquisa em contabilidade: uma introdução às teorias econômicas, organizacionais e comportamentais*. (Vol. 1, Capítulo 4, pp. 85-105). João Pessoa: Editora UFPB.
- Greiner, L. E. (1998). Evolution and revolution as organizations grow. *Harvard Business Review*, 76(3), 55-67.
- Hahn, A. V., Nossa, S. N. N., Teixeira, A.J.C., Nossa, V. (2010). Um Estudo Sobre a Relação entre a Concentração Acionária e o Nível de Payout das Empresas Brasileiras Negociadas na Bovespa. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 21(3),15-48.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados* (6a ed.). Porto Alegre, RS: Bookman.
- Jensen, M. C. (1993). The modern industrial revolution exit and the failure of internal control systems. *The Journal of Finance*, 48(3), 831-880.
- Hayne, C., & Free, C. (2014). Hybridized professional groups and institutional work: Coso and the rise of enterprise risk management. *Accounting, Organizations and Society*, 39(5), 309-330.
- Instituto Brasileiro De Governança Corporativa (IBGC). (2015). *Código das melhores práticas de governança corporativa*. (5. ed.) São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 05 junho, 2021, de <https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/21138/Publicacao-IBGCCodigo-CodigodasMelhoresPraticasdeGC-5aEdicao.pdf>.
- Jokipii, A. (2010). Determinants and consequences of internal control in firms: a contingency theory-based analysis. *Journal of Management & Governance*, 14(2), 115–144.
- Kazanjian, R. K., & Drazin, R. (1990). A stage-contingent model of design and growth for technology-based new ventures. *Journal of Business Venturing*, 5(3), 137-150.
- Lin, T. T., & Lee, Y. C. (2008). Organizational characteristics, board size and corporate performance. *Journal of Global Business Management*, 4(2), 338-347.
- Liu, F. H., Norden, L., & Spargoli, F. (2016). Why banks want to be complex? *Encontro Brasileiro de Finanças*, XVI, Rio de Janeiro. Proceedings, Rio de Janeiro, 1-38.
- Malacrida, M. J. C., & Yamamoto, M. M.(2006). Governança Corporativa: Nível de Evidenciação das Informações e sua Relação com a Volatilidade das Ações do Ibovespa. *Revista Contabilidade e Finanças da USP*, edição Comemorativa, 65-79.
- Merchant, K. (1981). The design of the corporate budgeting system: Influences on managerial behaviour and performance. *The Accounting Review*, 56(4),813-829.
- Miller, D., & Friesen, P. (1984). A longitudinal study of the corporate life cycle. *Management Science*, 30(10), 1161-1183.
- Otley, D. (1980). The contingency theory of management accounting: Achievement and prognosis. *Accounting, Organization and Society*, 5(4), 428-431.

- Pedersen, T., & Thomsen, S. (1997). European patterns of corporate ownership: a twelve-country study. *Journal of International Business Studies*, 28(4), 759-778.
- Rossetti, J. P., & Andrade, A. (2012). *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências*. (6. ed.). São Paulo: Atlas.
- Santana, E.P., & Silva, F.F. (2020). A Estruturação das Áreas de Controle Interno e *Compliance* em Empresas Estatais Brasileiras conforme a Lei nº 13.303/2016. *Teoria e Prática em Administração*, 11(1), 32-44.
- Santos, I. C., & Rodrigues, F. S. S. (2007). Tempo, espaço e as organizações. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 3(2), 107-123.
- Seliem, A. A., Ashour, A.S., Khalil, O. E., & Millar, S.J.(2003). The relationship of some organizational factors to information systems effectiveness: a contingency analysis of Egyptian data. *Journal of Global Information Management (JGIM)*, 11(1), 40-71.
- Silva, A., & Klann, R. C. (2020). Efeito da complexidade empresarial no gerenciamento de resultados de empresas brasileiras. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 31(1), 1-28.
- Silveira, A. M. (2004). *Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil*. Tese de Doutorado em Economia. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, SP, Brasil.
- Spira, L., & Page, M. (2003). Risk management: The reinvention of internal control and the changing role of internal audit. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 16(4), 640-661.
- Stevenson, W. B. (1990). Formal structure and networks of interaction within organizations. *Social Science Research*, 19(2), 112-131.
- Vieira, C.A.M., Gomes e Silva, M.C., Silva, R.R., & Florêncio, D. B. (2020). Complexidade e Risco dos Conglomerados Financeiros Operantes no Brasil. *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 17(2), 277-308.
- Vieira, C. A. M., & Girão, L. F. D. A. P. (2016). Diversificação das receitas e risco de insolvência dos bancos brasileiros. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 10(28), 3-17.
- Wallace, W., & Kreutzfeldt, R. (1995). The relation of inherent and control risks to audit adjustment. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 10(1), 459-483.
- Waterhouse, J., & Tiessen, P. (1978). A contingency framework for management accounting systems research. *Accounting, Organizations and Society*, 3(1), 65-76.